

## **A IMPLICATURA DA TRÍPLICE FUNCIONALIDADE NO ENSINO DA PONTUAÇÃO**

Valéria Campos Muniz (Doutoranda em Língua Portuguesa, UERJ)

valcammuniz@gmail.com

**RESUMO:** O objetivo desse artigo é abordar a relação entre pontuação, sintaxe, prosódia, discurso e ensino. O sistema pontuatório, em alguns momentos mais do que em outros, correlaciona-se à prosódia, funcionando na escrita como parte constitutiva da cadeia frasal, participando da organização do texto, não só na sua dimensão sintática, conferindo-lhe inteligibilidade, como também na dimensão enunciativa, permitindo ao redator satisfazer suas intenções discursivas. Desse modo, seu ensino deve dar conta de todos esses aspectos, de modo a contribuir para o enriquecimento da capacidade de expressão dos alunos, que precisam perceber que os sinais gráficos, juntando-se às palavras, participam com elas da construção do sentido.

**Palavras-chave:** pontuação, ensino, prosódia, língua portuguesa

Os estudos sobre pontuação refletem sua plurifuncionalidade e, entre suas funções, algumas são consideradas de mais forte relevância que outras, sem haver, entretanto, opinião consensual entre estudiosos. Ao destacarem a entonação e o aspecto rítmico, associam os sinais gráficos à fala, mas, de maneira geral, ressalta-se o fato de os sinais gráficos representarem-na de forma “imperfeita”. Porém, quando o sentido é enfatizado, a inteligibilidade configura como a característica mais importante dos sinais, conforme observamos nestas frases, “Ela caminhava pela rua silenciosa”, “Ela

caminhava pela rua, silenciosa”, em que a vírgula é a responsável pelo significado. É a pontuação, por exemplo, que determina a forma de leitura das frases a seguir:

- “Ele já chegou.” (curva melódica descendente)
- “Ele já chegou?” (curva melódica ascendente)

Sob uma perspectiva funcional, tanto a pontuação quanto a entonação são responsáveis pelo aspecto significativo das frases, havendo entre as duas correspondência ou assimetria, dependendo do tipo de sinal. Apenas para ilustrar, um ponto indicativo de pausa conclusa, dificilmente será lido como uma vírgula; e esta, pausa menor, poderá ou não ser demarcada na leitura. Ler um ponto de interrogação de forma descendente é um erro: obriga o leitor a retornar a leitura, a fim de refazer a modulação da frase, de modo a torná-la compreensível. A leitura das aspas, significando ironia, como é difícil de ser modulada, obriga aquele que lê em voz alta para uma plateia a indicar de alguma forma esta intenção, seja por intermédio de gesto ou de explicação.

Há situações em que a pontuação delimita uma interferência do redator, firmando aproximação, ao transparecer sua opinião acerca do tema em questão: “O que por agora importa saber é que Virgília chamava -se Virgília• entrou na alcova (...)” (ASSIS, 1994, p. 12); “E depois • cogitações de enfermo • dado que chegássemos ao fim indicado (...)” (ASSIS, 1994, p. 15); “Onde estaria ele na hora do crime? (Será que devo dizer?)”. Esses sinais têm papel primordial, uma vez que transparecem a interação entre autor e leitor, estabelecendo relação polifônica no interior discurso: os travessões, no caso, delimitam as duas vozes, o mesmo se podendo dizer do parêntese no último exemplo. A pontuação, nesses exemplos, também está a serviço da prosódia, uma vez que os segmentos intercalados são demarcados por pausas na escrita e devem ser

proferidos com uma entonação diferenciada, de modo a chamar a atenção para a ruptura na linha do discurso.

Observamos, assim, que alguns sinais, como o ponto, o ponto de exclamação, o de interrogação, os dois-pontos, e as reticências, transparecem uma intenção subjacente de marcar a modulação própria da leitura, representando a inflexão da voz, enquanto outros sinais, na prática, não interferem decisivamente no modo de ler um texto, dependendo do ritmo da leitura, que varia de um leitor para outro, podendo haver sinais que, em razão desse ritmo, não correspondam a pausas, bem como pausas não representadas na escrita.

De acordo com Câmara, “a apresentação do vocábulo na escrita se faz pelo critério formal” (1986, p. 69), ou seja, os limites das palavras são definidos pelos espaços em branco deixados entre elas. Todavia, na cadeia sonora, não existe marca que indique essa limitação. Muitas vezes, as palavras são proferidas num único grupo prosódico, o que faz, por exemplo, com que crianças, em início do aprendizado da língua escrita, escrevam-nas como se fossem uma única palavra: <acasadepaulo>. Guiando-se pela sonoridade da língua, muitos discentes, ao pontuarem um texto, baseiam-se no contínuo da fala, usando vírgula, por exemplo, entre o predicado e o sujeito, quando este é longo, prática que, aliás, algumas gramáticas até toleram, mas outras condenam. Didaticamente, seria aconselhável talvez ensinar que não se põe vírgula entre o sujeito e o predicado, sem exceção, o que pouparia esforço de memorização do aluno. Outro exemplo (entre muitos): alguns usuários da língua escrita têm o hábito de sistematicamente usar vírgula depois da conjunção *que* integrante, o que faz suspeitar que na fala façam pausa nesse contexto, talvez a serviço da ênfase. Isso não significa que tais pausas existam em todas as regiões de língua portuguesa, em

todas as faixas etárias, grupos profissionais etc. Uma pontuação baseada, portanto, apenas no aspecto prosódico da língua poderá ser falha.

Por vezes, é possível identificar tentativas de exprimir na escrita aspectos emotivos da comunicação oral, nem sempre fáceis de serem transpostos para o papel, o qual não conta com subterfúgios, como gestos, olhares, determinadas sutilezas entoacionais etc. Para tanto, o recurso utilizado é a combinação ou repetição de sinais • !!?, ?!, ??? etc• reveladores da tentativa de sugerir sentidos que ultrapassem as palavras. No entanto, há que se ressaltar serem esses aspectos prosódicos representados com restrições, no sentido de não serem aceitáveis em qualquer gênero textual (OLIVEIRA, 2005, p. 83).

Ao enfocarmos essa relação entre pontuação e oralidade, deve-se levar em consideração a diferença entre a leitura em voz alta e a fala distensa, ato de linguagem do cotidiano. A prosódia entre os dois atos de linguagem é diferente. Ao ser exigido ler em voz alta, o leitor tem na sintaxe da frase e nos sinais uma espécie de guia para o ritmo do texto. Neste caso, deverá o leitor conhecer a funcionalidade dos sinais de pontuação, a fim de apreender o sentido. Um texto, se não tiver qualquer sinal de pontuação, ao ser lido, tenderá a ser segmentado conforme a prosódia da língua falada, porque temos forte tendência em agir conforme aquilo que nos serve de parâmetro. Já, num diálogo, numa fala de improviso, as pausas se realizam automaticamente, ao sabor do ritmo de cada um, sem que exista um cuidado prévio, consciente, de onde realizá-las. Neste tipo de código, quem toma a palavra pode, a todo momento, consertar o dito, ou mesmo, ser interrompido, a fim de fornecer esclarecimentos. É um ato de linguagem repleto de hesitações, repetições, redundância, entre outros fatores, que não nos interessa abordar aqui. Ou seja, o código oral e o escrito, por constituírem-se em

diferentes recursos de expressão, regem-se por regras próprias, que se traduzem em diferenças de sentido, embora haja a projeção de um no outro em determinados momentos, pelo fato de a pontuação estar na área de confluência, entre a prosódia e a sintaxe.

Percebemos essa projeção quando estamos redigindo. Ao fazermos a autocorreção, muitas vezes, recorremos à leitura em voz alta, a fim de, por intermédio da sonoridade da frase, percebermos a harmonia do texto e apararmos as arestas da imperfeição. Essa escuta existe também internamente, conforme CHAFE (1988, p. 397), mas pode ser falha para escritores inexperientes. Segundo ele, tanto escritor quanto leitor “escutam” uma voz interior que lhes “fala”, permitindo que ambos experimentem uma “imagem auditiva” dos ritmos, acentos e pausas. Essa “cobertura prosódica” estaria, de alguma forma, sempre presente, pois as “palavras têm som” (CHAFE, 1988, p. 396). Os escritores, portanto, transpareceriam sua própria escuta por intermédio da pontuação. Entretanto, cabe chamar a atenção para os possíveis casos de topicalização na emissão de um enunciado, que muitas vezes não têm relação com nenhum tipo de sinal de pontuação, sendo somente uma entre outras formas pessoais de leitura. Situações assim também se fazem presentes na leitura em voz alta e podem ratificar um erro, que para ser reconhecido precisaria do apoio da sintaxe, como é o caso, já abordado acima, da inserção da vírgula entre o sujeito e o predicado.

Em outras palavras, a relação entre entonação e pontuação não é biunívoca. Um dos fatores a confirmar essa afirmativa é o fato desta não ser específica de uma língua (ROSA, 1994, p. 25). Logo, não se pode falar de medida exata relativa à sua prosódia, uma vez que são os sinais gráficos “universais”, pertencem a todas as línguas que utilizam o alfabeto romano (GLEASON, apud, ROSA, 1994, p. 26), enquanto o ritmo

frasal é peculiar a cada uma delas. Pode ocorrer, entretanto, uma variação no que diz respeito às regras de uso, pois a pontuação se sujeita às características próprias de cada língua. Mesmo assim, grande parte dessas regras vale para todos ou quase todos os idiomas que utilizam tal alfabeto, o que as caracteriza, até certo ponto, como universais.

A diferenciação entre pontuação e fala também pode ser identificada em textos de épocas distintas, que trazem estilos diversos. No português atual, pode-se verificar – na prosa de ficção e em alguns gêneros textuais por ela influenciados – uma predileção por frases curtas, coordenadas. As orações complexas dão lugar às simples, para realçar determinadas sequências discursivas, recurso impensável numa pontuação mais tradicional. Essa maneira mais hodierna de pontuar contrasta com o estilo “caudaloso” da ficção de outras épocas, de estrutura frequentemente subordinativa, “característica marcante do classicismo e de certa fase do romantismo” (GARCIA, 1995, p. 105). Nota-se que a inovação no uso dos sinais chega à sintaxe da frase, caracterizando um novo estilo, em que concisão e clareza acompanham a rapidez da informação, significando economia de tempo. A pontuação, portanto, também segue, assim como a própria estrutura da língua, as tendências de uma época.

É precisamente por existirem diferentes ritmos de fala que se torna inevitável, na gramática escolar, incluir regras facultativas de pontuação, o que se dá em razão de sua essência plurifuncional. Dependendo do contexto e da intenção enunciativa, sinais podem ser omitidos, a exemplo da vírgula demarcando adjunto adverbial deslocado, ou serem intercambiáveis entre si. Ilustrativo disto é a possibilidade do uso do ponto ou do ponto-e-vírgula no lugar da vírgula: “• Não • respondeu ele estremecendo• ; não; admiro o esplendor da noite. Veja; está celestial!” (ASSIS, 1994, p. 34). Do ponto-e-vírgula no lugar dos dois pontos: “Entro na primeira loja que tinha à mão; era um

cubículo • pouco mais • empoeirado e escuro” (ASSIS, 1994, p. 53). Há ainda casos em que a conjunção equivale aos dois-pontos, como na frase “O capitão perguntou-me se tivera medo, se estivera em risco, se não achara sublime o espetáculo: tudo isso com um interesse de amigo” (ASSIS, 1994, p. 35), ou, mais raramente, em que ela equivale a ponto-e-vírgula “Renunciei tudo; tinha o espírito atônito” (ASSIS, 1994, p. 42). Enfim, cada situação, de modo particular, definirá o sinal a ser utilizado, resultando dessa escolha nuances de significado, assim como, há outras em que é indiferente sua utilização, caso do vocativo utilizado nas cartas empresariais, em que se admitem vírgula, dois pontos, ponto, ou até mesmo nada (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 637).

A pontuação é, por assim dizer, uma das responsáveis pela estruturação do texto, situa-se no entremeio da organização das informações advindas do pensamento, e da própria circunstância comunicativa o contexto. É, conseqüentemente, fator de planejamento do processo da escritura, revelando, à semelhança dos modalizadores, posições do escritor, favorecendo a reflexão de seu leitor. Conforme Chafe (1988, p. 399), um dos grandes méritos de um escritor experiente é transferir para seu texto a entonação de unidades da língua oral por intermédio da pontuação.

Apesar da forte motivação prosódica do sistema pontuatório, algumas regras da gramática escolar são convencionais, embora estejam embasadas em uma lógica sintática. Em relação à vírgula, por exemplo, entre os casos “proibitivos”, há a prescrição de não a inserir entre o sujeito e o predicado, entre o verbo e o complemento, nem entre o objeto direto e indireto.

Observamos, todavia, que pausa separando os dois constituintes básicos da oração • sintagma nominal sujeito e sintagma verbal (predicado) • , embora incorreta para a gramática normativa, não causa estranhamento, haja vista os inúmeros casos de vírgula

entre sujeito e predicado, em redações escolares, em virtude das topicalizações que aquele pode sofrer. Isso é um índice de que o aluno intui a existência de tal pausa na fala, o que evidentemente não justifica a vírgula.

Já pausas entre o verbo e o complemento, seja ele direto, indireto, relativo, circunstancial ou “complemento do predicado” (PERINI, 2007, p. 82), são improváveis: “O João emprestou o livro à Alice”, “Eu obedeco ao chefe”, “Raul gosta de futebol”, “Maria mora no Ceará”, “O Rio de Janeiro é a cidade maravilhosa” (nestes exemplos, o símbolo “•” indica pausa improvável; tudo leva a crer que, neles, só seja possível o tipo de pausa que o falante faz às vezes para pensar o que vai dizer e que costuma ser preenchida por *fillers*, isto é, sons produzidos na fala espontânea com a finalidade de preencher tais vazios fonéticos).

Não se justifica, portanto, admitir a vírgula num contexto em que a pausa só é possível em condições tão alheias à língua escrita. Já entre o sujeito e o predicado, como vimos, bem como entre o objeto direto e o indireto, podem ocorrer, pausas na fala em circunstâncias “normais”, como em “O João emprestou o livro à Alice” (o símbolo “•” desta vez significa pausa “normal” facultativa). Neste caso, sim, a gramática escolar (acertadamente) opta por uma solução convencional, interditando o emprego da vírgula em contextos nos quais a pausa “normal” é possível.

A pausa entre o objeto direto e o indireto se justificaria em razão de este situar-se numa área de confluência entre termo integrante e acessório, isto é, de ele ser “mais acessório que o objeto direto e mais integrante que o adjunto adverbial” (OLIVEIRA, 2010). Aliás, há muito em comum entre o objeto indireto e o adjunto adverbial, inclusive essa possibilidade de fazer pausa entre ele e seus “vizinhos”. Mas, convém



repetir, isso não quer dizer que o ensino escolar tenha feito mal em não admitir a vírgula nesse contexto.

Decorrente desse modo de apreender os sinais, verifica-se que essas regras “proibitivas” não recebem o mesmo tratamento na gramática escolar, que dá o mesmo peso às três “proibições”. E isso é bom. Didaticamente, há situações em que tratar questões de língua de forma binária é mais fácil para o aluno assimilar. Como explicar a existência de graus prosódicos em relação a essas pausas? Dentro dessa ordem de ideias, o ensino escolar interdita igualmente a vírgula nas três situações. Seria pedagogicamente indesejável falar em graus de interdição.

Apesar de a pontuação estar na interseção da prosódia, sintaxe e discurso, partilhamos da certeza de que o critério lógico-gramatical dos sinais cuja preocupação está centrada em unidades sintáticas portadoras de sentido garante ao leitor caminho seguro na compreensão de um texto. Às vezes, trechos mal pontuados ou com pontuação inusitada exigem do leitor incômodas idas e vindas textuais. Valores prosódicos ou estilísticos devem estar, pois, em consonância com critérios sintáticos e semânticos, favorecedores das relações criadas entre as palavras no interior do texto.

Embora todas as posições a respeito da relevância dessa ou daquela função tenham justificativas aceitáveis, a partir do momento em que a pontuação é vista sob a ótica discursiva, não há motivo em se destacar como papel principal a função X, Y ou Z. De modo geral, há certo consenso em torno da função primordial da pontuação ser a de facilitar a leitura e contribuir para a compreensão do texto. Este, segundo Dahlet (1995, p. 339), até poderia ser seu aspecto básico, se a escrita fosse expressão do pensamento, ou seja, o discurso pertenceria ao sujeito e os sinais gráficos seriam um fato de língua, a serviço da clareza do pensamento. Nesse caso, ler estaria circunscrito a

decodificar, na medida em que o texto teria apenas um sentido. A pontuação, portanto, teria papel de mero acessório, que garantiria a transmissão da mensagem. Se considerarmos a língua como instrumento de comunicação e o sujeito for determinado pelo sistema (KOCH, 2002, p. 17), o texto configuraria como produto codificado, cabendo ao leitor, também uma atuação passiva, uma vez que, tendo acesso ao código linguístico, sua tarefa se resumiria a decifrá-lo. Entretanto, se pensarmos a pontuação como participativa do ato enunciativo, seus sinais estarão submetido a uma função, ora a outra, sem que haja regularidade, sendo difícil conceber plenitude de determinada função.

Se escrever é inscrever-se como enunciador, o sentido do texto não estaria neste ou naquele ponto, mas na soma de todos eles, numa espécie de completude, fazendo do texto uma espécie de tecido, em que nenhum fio pode estar solto sob pena de sua descaracterização. Ou seja, na medida em que a escrita requer organização do pensamento, está a pontuação – em alguns momentos mais que em outros – associada à sintaxe e/ou à prosódia, podendo também subordinar-se, em alguns contextos, às necessidades discursivas do enunciador, submetendo-se às circunstâncias do discurso, à “relação contratual” (CHARAUDEAU, 2008), aos efeitos de sentido almejados.

Os sinais de pontuação, vistos, dessa forma, como constituintes da cadeia gráfica, não podem ser considerados elementos acessórios, como talvez pareça ao leigo, pois compõem sentido junto às letras. Ou seja, ao funcionarem como elemento de continuidade na elaboração das ideias, exercem papel estruturante do pensamento, sendo indispensável na ordenação das palavras.

Se considerarmos a pontuação também como um signo linguístico, não há como menosprezá-la em função de outros signos, na medida em que ela singulariza

linguisticamente as unidades na cadeia discursiva. Um texto sem tais caracteres, embora permita maior flexibilidade ao leitor em fazer uma interpretação prosódica sobre parâmetros sintáticos que lhe parecem coerentes, possibilita também compreender o oposto do almejado, ou ainda compreender de forma um pouco diferente, ou mesmo não compreender nada. Ou seja, pode ser até legível, mas a leitura seria custosa, quando não impraticável. Significa, portanto, que aprender a lidar com a língua escrita implica aprender a colocar em consonância sintaxe, prosódia e discurso, de modo a que interpretações prosódicas se realizem sobre padrões sintáticos específicos.

Logo tão importante quanto a escolha lexical e o uso de conectivos, na construção do texto, é o papel dos sinais de pontuação, que, além da função demarcativa, oferecem a possibilidade ao usuário de optar por um deles em detrimento de outros, consideradas as circunstâncias.

Vista sob esta ótica, a pontuação ao lado de outras funções, constitui-se em marcador gráfico da enunciação; ficando na interseção entre a prosódia, a sintaxe, os estudos do discurso e, é claro, a semântica, que, direta ou indiretamente, está presente em todos os níveis da análise linguística: onde houver linguagem haverá significação.

Como “nossa gramática ‘mental’ contém regras que correlacionam a hierarquia das pausas com as fronteiras sintáticas” (OLIVEIRA, 2005, pp. 82-83), é didaticamente interessante recorrer a conceitos sintáticos na formulação das regras para o emprego desses sinais, sobretudo da vírgula.

Exemplos (para dar apenas três):

(1) De modo geral não há pausa entre o artigo e o substantivo, daí ser inconcebível algo como “o, livro”, “a, mesa”, “os, pássaros” etc., mesmo que entre os

dois haja um *filler*; num caso assim, o que se poderia usar na escrita seriam talvez as reticências: “o... livro”, “a... mesa”, “os... pássaros”.

(2) O aposto explicativo fica entre pausas – daí ficar entre vírgulas na escrita.

(3) O vocativo também fica normalmente entre pausas – daí as vírgulas.

O aspecto discursivo da pontuação decorre, portanto, do fato de que todo texto é produzido numa situação comunicativa concreta, o que leva alguns sinais a adquirir valores discursivos. É o caso: (1) dos dois-pontos, que anunciam o que vem depois, tendo, portanto, valor catafórico; (2) das reticências, que podem estar a serviço do suspense; (3) das variadas emoções que exprimimos com o ponto de exclamação, às vezes combinado, como já se disse, com o de interrogação (!, !!, !!!, !?); (4) do ponto de interrogação em função interrogativa ou interacional, se for pergunta retórica. E assim por diante...

Desse modo, a pontuação pode adquirir, entre outros valores, o afetivo, ou expressivo, permitindo ao usuário da língua a realização de suas intenções estéticas, tornando possível ir além da face intelectual da linguagem. No trecho:

Quando a mulher da limpeza lhe perguntou pela nesga da porta, Que é que tu queres, o homem, em lugar de pedir, como era costume de todos, um título, uma condecoração, ou simplesmente dinheiro, respondeu, Quero falar ao rei, Já sabes que o rei não pode vir, está na porta dos obséquios, respondeu a mulher, Pois vai lá dizer-lhe que não saio daqui até que ele venha (...) (SARAMAGO, 1998, p. 9).

o autor dispensa o uso dos dois pontos ou das aspas para marcar as falas e utiliza apenas uma pontuação de palavra, a maiúscula. Isso se tornou uma característica do seu estilo, uma marca particular de utilização do sistema pontuatório. Sem dúvida, causa

estranhamento ao leitor num primeiro contato com seu texto, além de demandar atenção específica.

Apesar da existência de regras que normatizam a pontuação, o contexto enunciativo, conforme já visto, influenciará de forma decisiva na organização do texto, isto é, as regras poderão ser flexibilizadas em prol da expressividade e das exigências de cada gênero textual. É bom esclarecer que os preceitos da gramática escolar referentes à pontuação se aplicam, tipicamente, à prosa formal não literária. Na poesia atual, em textos publicitários e mesmo na prosa de ficção hodierna, ou não se aplicam, ou sofrem adaptações (OLIVEIRA, 2010).

Um dos traços comuns à pontuação desses gêneros é a “economia” de vírgulas. Entre os profissionais de publicidade existe o conceito de que as vírgulas “sujam” o texto, ou seja, o “poluem” visualmente. Os publicitários explicitam o que poetas e ficcionistas fazem sem explicitar ou explicitam esporadicamente, mas não com um discurso unânime como o deles. Em tais gêneros, vírgulas, pontos e dois-pontos tendem a limitar-se aos indispensáveis. Ponto e vírgula, nem pensar. Até pode ocorrer, mas como um verdadeiro apatriado.

Na prosa de ficção, observa-se ainda – opcionalmente – a obediência à pontuação canônica, que, nesse gênero, é um pouco mais aceitável que na poesia ou no anúncio. Afinal é prosa, ainda que de ficção. O *habitat* natural das regras é, portanto, vale a pena repetir, a prosa formal não literária.

Analisar um texto significa, dessa forma, precisar as condições de produção que constituem a linguagem (ORLANDI, 2001, p. 146), a fim de captar o sentido contido na combinação das palavras e na estruturação do enunciado que lhe deu origem. Tão importante quanto o estudo da composição do texto é perceber a finalidade das diversas

situações comunicativas, engendradas pelos diferentes gêneros textuais. Em um jornal, espera-se encontrar notícias verídicas, enquanto num texto ficcional não existe tal expectativa. Os gêneros textuais servem de parâmetro a nortear o processo decisório que leva à obediência ou à desobediência de determinadas regras, mas há nesse processo sutilezas que vão além dele e que ficam por conta da sensibilidade de quem escreve. Perceber isso é se dar conta das diferentes possibilidades de pontuação.

Um exemplo bastante conhecido de obra ficcional pontuada de modo pouco ortodoxo é a de José Saramago, conforme vimos, mas ele não é o único. Há, na literatura de ficção da atualidade, uma tendência à pontuação com economia de vírgulas. Sem elas, o texto flui melhor. E essa tendência não se restringe às literaturas de língua portuguesa. Veja-se a esse respeito este fragmento de *À l'abri de rien*, de Olivier Adam (manteve-se a pontuação do original):

(...) todas essas coisas espalhadas por lá tinham de ser arrumadas mais cedo ou mais tarde, o pacote de cereais rasgado os garfos as facas as colheres, os biscoitos a garrafa de leite e no salão os brinquedos as revistas os quebra-cabeças, a latinha de cerveja o saca-rolhas o cinzeiro cheio o cobertor o pacote de lenços (...) (2007, p. 53).

(...) toutes ces choses qui traînaient et qu'il faudrait ranger à un moment ou à un autre, le paquet de céréales éventré les fourchettes les couteaux les cuillers, les biscuits la bouteille de lait et au salon les jouets les magazines les puzzles, la cannette de bière le tire-bouchon le cendrier plein la couverture le paquet de mouchoir (...) (2007, p. 53).

Pela regra que se conhece, tem-se de separar com vírgulas os itens de uma enumeração. A personagem-narradora, no entanto, os agrupou em blocos e limitou-se a

colocar vírgulas entre esses blocos, o que permite a interpretação de que se trataria de uma pontuação icônica: o desânimo de arrumar a casa se teria manifestado no texto sob a forma de “preguiça” de pontuar.

Esse aspecto subjetivo da produção textual está ligado ao processo criativo da escrita, o qual é uma atividade que exige planejamento, envolve escolhas e decisões. Perguntas como “o que se pretende escrever?”, “de que forma?” são relevantes, pois definem estratégias que apontam para o objetivo almejado. O aluno, ao escrever, precisa, portanto, estar atento às suas idéias e à disposição e hierarquização delas no texto, além de perceber que a maneira como pretende organizá-las não é indiferente.

A pontuação, enquanto partícipe da estruturação compósita, é fator não só de coesão, mas também de coerência, uma vez que sinaliza para os nexos que deverão ser processados, recuperados pelo leitor no momento da interação. Há casos em que os conectivos podem ser dispensados, sendo a coerência estabelecida de forma linear e pluridimensional, com a ajuda dos sinais de pontuação, como em: “Joana acordou cedo. Sua mãe preparou o café. Ela precisa chegar cedo à escola. Haverá prova de matemática no primeiro tempo.” Neste outro caso, “Manhã, banho, café, ônibus, trabalho, obrigações, almoço, obrigações, ufa!, ônibus, casa, noite, banho, janta, televisão, cama!!!”, a enumeração ganha sentido em virtude de a pontuação, aliada ao campo semântico, ordenar hierarquicamente as palavras, favorecendo sua unidade.

De maneira geral, os livros didáticos ensinam que nesses trechos não existem elementos de coesão, pois consideram apenas os conectivos como responsáveis por esse processo. Entretanto, não partilhamos dessa opinião, conforme apontado aqui por nós, uma vez que as conexões se realizam por intermédio do sistema pontuatório.

Em virtude de a pontuação situar-se nessa interseção da sintaxe, prosódia e discurso, seu ensino oferece possibilidades de atividade que ultrapassam o âmbito gramatical *stricto sensu*, mesmo sendo esse seu aspecto proeminente. Desse modo, para seu aprendizado, é importante que o aluno aproprie-se, primeiramente, da funcionalidade dos sinais pautada nas regras, para depois poder flexibilizá-las em determinadas circunstâncias.

Percebe-se, pela experiência, que o domínio da pontuação não se atinge com poucas aulas. A formulação de regras com exemplos ilustrativos e posterior aplicação em frases soltas como exercício não é suficiente. Esse assunto, apesar de passar despercebido a certos professores mais preocupados com a morfologia e a sintaxe, merece grande destaque nas aulas de produção de textos, devendo-se enfatizar sua interface com a sintaxe.

Embora o ensino da pontuação exija conhecimento sintático, o professor, na medida do possível, pode diminuir o “peso” da nomenclatura nas explicações. Na correção das redações, muitas vezes, o trabalho desenvolve-se intuitivamente (no mau sentido), perdendo-se excelentes oportunidades de explorar o texto e sua construção com o aluno.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to approach the relationship between punctuation, syntax, prosody, discourse and teaching. Punctuation, in some moments more than in others, is interrelated with prosody, functioning, in writing, as a constitutive part of the phrasal chain, participating on the organization of the text, not only in what concerns the syntactic dimension, providing intelligibility, but also in the



enunciative dimension, allowing the writer to perform his/her discursive intentions. Its teaching should, therefore, account for all these aspects, contributing to the enrichment of the writing competence of students, who need to understand that the punctuation marks participate into the construction of meaning, a task which is not to be performed only by words.

**Keywords:** punctuation, language teaching, prosody, Portuguese language

## REFERÊNCIAS

- ADAM, Olivier, *À l'abri de rien*. s. l.: Éditions de l'Olivier, 2007.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Scipione, 1994.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 16 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- CHAFE, Wallace. *Punctuation and the prosody of written language*. Disponível em: <http://user.uni-frankfurt.de/~kentner/ProsodieSatzverarb/Chafe1988.pdf>. Acesso em: 28/06/2011 (1988), pp. 395-426.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CUNHA, Celso F. da; CINTRA, Luis F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DAHLET, Véronique. *Pontuação, língua, discurso*. Estudos Linguísticos. Anais dos Seminários do GEL, São Paulo, 1995, v. 24, pp. 337-340.
- GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 16 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

KOCH, Ingedore. G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Helênio Fonseca de. *Como tornar as teorias sobre a linguagem aplicáveis ao ensino de português?* Comunicação apresentada no Congresso Nacional de Linguística e Filologia. UERJ, 2005.

\_\_\_\_\_. *Aulas do doutorado*. 2010.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4 ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PERINI, Mario A. *Gramática descritiva do português*. 4 ed. São Paulo: Ática, 2007.

ROSA, Maria Carlota A. Paixão. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 281p. Tese de doutorado. 1994

SARAMAGO, José. *O conto da ilha desconhecida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.